



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

Heyma Lopes Neto Barbosa

**A participação das mulheres santomenses na vida política
no período de 1991 a 2018**

**São Francisco do Conde
2018**

Heyma Lopes Neto Barbosa

**A participação das mulheres santomenses na vida política
no período de 1991 a 2018**

Trabalho de conclusão apresentado para o Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Orientador:

Prof. Dr. Fabio Baqueiro Figueiredo

Heyma Lopes Neto Barbosa

**A participação das mulheres santomenses na vida política
no período de 1991 a 2018**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 30 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. PERGUNTA DE PESQUISA	8
3. JUSTIFICATIVA.....	8
4. OBJETIVOS.....	9
4.1. OBJETIVO GERAL.....	9
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
5. QUADRO TEÓRICO.....	10
5.1. GÊNERO	10
5.2. PATRIARCALISMO	13
5.3. IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO	15
5.4. MULHERES EM TOMADAS DE DECISÕES E PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLITICA.....	17
6. METODOLOGIA.....	19
8. REFERÊNCIAS	22

1. APRESENTAÇÃO

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um estado insular situado no Oceano Atlântico, concretamente no Golfo da Guiné, a aproximadamente 300 km da costa ocidental africana sobre a linha imaginária do Equador. As duas ilhas que compõem o território são cercadas de alguns ilhéus e rochedos. A ilha de São Tomé, a maior, tem uma área de 859 km², enquanto o Príncipe possui uma superfície de 142 km². A distância entre as duas ilhas é de cerca de 140 km, estando à ilha do Príncipe localizada a nordeste de São Tomé. O descobrimento do arquipélago de São Tomé e Príncipe remontam ao século XV (1470-1471), quando os navegadores portugueses Pêro Escobar e João de Santarém desembarcaram nas ilhas provavelmente desabitadas.

De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2017, o país tem uma população de 197700 habitantes¹, contendo uma população majoritariamente composta por mulheres (INE, 2017).

A atividade econômica de São Tomé e Príncipe se concentram em pesca, agricultura e turismo. Outrora São Tomé e Príncipe foi, por alguns anos, o maior produtor mundial de cacau, mas a produção começou a cair bastante após a primeira Guerra Mundial devido à pragas, erosão de solos e a concorrência de pequenos agricultores do continente africano. A agricultura sempre foi o ponto focal da economia do país apesar de ter uma diminuição muito drástica depois da independência. O turismo teve o seu início recentemente com grandes investimentos e isso tem contribuído para a diversificação da economia e consequentemente tem dado um impulso ao crescimento. Por enquanto o país depende inteiramente de ajuda externa.

Desde 1991 São Tomé e Príncipe tem um aspecto político estável e um sistema democrático multipartidário semipresidencialista. Antes, após a independência, o país viveu no regime socialista de partido único implementado por Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), com uma política econômica de orientação marxista, devido à crise econômica o país viu-se obrigado a dar início ao sistema Democrático em 1990 quando foi aprovada a Constituição democrática por referendo popular. Até agora as eleições foram sempre consideradas livres e justas e os partidos no poder alternam-se regularmente. Gualter Vera Cruz (2014) aponta que São Tomé e Príncipe e Cabo Verde foram os primeiros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a pôr em marcha o processo de renovação do regime através das eleições no ano 1989, pondo início ao fim do regime monopartidário

¹ <https://www.ine.st/index.php/o-pais/sobre-o-pais#>

estabelecido em 1975, foram realizadas em STP as primeiras eleições livres e democráticas em janeiro de 1991. E o autor realça que ao contrario de STP, esta transição política em muitos países de África foi realizada com grandes conflitos.

A democracia santomense não é considerada um exemplo como é o caso de Cabo Verde. Conforme Vladimiro Salvador Furtado (2015) é visto como uma referência no continente africano pela sua estabilidade política e o regime democrático. Ao contrario de São Tomé e Príncipe que foi considerado por relatório do African Development Bank Group no ano 2012 como um estado frágil, isto porque mesmo tendo passado 23 anos após as primeiras eleições livres no país, até 2018, nenhum governo cumpriu até ao fim o mandato de quatro anos para o qual havia sido eleito (ADB, 2012: 8-11 apud Vera Cruz, 2014). Mesmo assim a sociedade santomense tem-se mobilizado com o progresso da democracia do país ou com qualquer atitude antidemocrática do país.

As últimas eleições presidenciais tiveram lugar em Julho de 2016, tendo o candidato da Ação Democrática Independente (ADI), obtido 49.8% dos votos, mas ficando, ligeiramente aquém de uma maioria. Teve lugar uma segunda volta, mas o presidente Manuel Pinto da Costa, então no cargo, desistiu devido a supostas irregularidades. O presidente Carvalho, eleito no segundo turno com 82% dos votos, foi empossado no cargo a 02 de Setembro de 2016. E neste ano de 2018 decorreram as eleições legislativas, autárquica e regional em São Tomé e Príncipe no dia 07 de dia Outubro, foi o dia de grandes decisões para o país, aonde a população escolheu um novo governo de STP.

Relativamente ao tema da participação das mulheres na vida política de São Tomé e Príncipe, decidimos fazer um recorte temporal de 1991 à atualidade porque foi 1991 o ano em que São Tomé e Príncipe passou por uma transição política, deixou de ser um Estado de partido único socialista e iniciou uma nova fase que é um período democrático multipartidário semipresidencialista, que se perpetua até os nossos dias de hoje.

As mulheres tiveram uma participação muito intensa na luta pela independência de São Tomé e Príncipe, mas após a independência foram logo excluídas, não ocupando os cargos políticos como deveria ser não foram reconhecidas pelo seu potencial. Daí depois do objetivo cumprido elas regressaram a casa retomando as rotinas diárias, que seria cuidar do seio familiar. Após a independência política a Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe (OMSTP), criada pelo MLSTP, sentiu a necessidade e sobre tudo a responsabilidade de sensibilizar e estimular as mulheres a fim de participar no processo da construção do país. Conforme Sequeira (2010), já depois da transição democrática, em 1992

foi criada, o Gabinete de Promoção da Mulher e da Família, como quadro institucional da mulher no governo, tendo como objetivo principal o estudo e a análise da situação das mulheres, visando à promoção da igualdade de direito e de oportunidades, assim como a intervenção em todas as áreas que digam respeito às mulheres e à família. Isso fez com que abrissem mais espaços na arena do debate público para novas demandas sociais das mulheres, incluindo a da participação feminina como no caso a luta pela Igualdade e Equidade do Gênero, objetivando acelerar a participação igualitária das mulheres e dos homens em todos os domínios sociais, em todas as etapas, respeitando os princípios de igualdade e equidade de gênero.

Segundo ponto, é que esse recorte nos dará mais ênfase para trabalhar com o nosso objeto de pesquisa, que são os olhares das mulheres que atuaram e atuam no campo da política nacional do país, e que assumiram os espaços de tomada de decisão política, tendo em conta que este período desde 1991 nos permitirá falar de mais casos das poucas mulheres na política do país, para nós fazermos um balanço sobre a participação das mulheres na vida política, e se houve realmente um aumento de inserção das mulheres santomenses nessa esfera até a atualidade.

A participação das mulheres santomenses na política tem uma descrição que nos apresenta um número muito baixo sobre a identidade feminina durante o partido único. Exemplificando tivemos entidade como; Alda Espírito Santo foi à ministra de educação e ministra da informação e cultura popular do governo de transição, depois da independência ocupou o cargo como presidente da assembleia nacional. Com a presença da democracia isso veio a modificar porque surgiu vários movimento para as encoraja-las. Daí desde 1991 á 2010 tiveram somente 9,6% de mulheres no mandato, mas embora ainda sim continue um número muito baixo, a democracia chega para impulsionar ainda mais a participação das mulheres na política em varias vertentes (SANTOS, 2014).

É preciso ter em conta que as mulheres, em particular as mulheres santomenses têm um papel muito importante na sociedade, tanto na economia do país na categoria de “Serviços e vendedores” com uma taxa de feminização de 58,9% e também na categoria dos “Trabalhadores não qualificados” com uma taxa de feminização de 71%, e bem como no eixo familiar (RGPH 2012). Vejamos que o contexto social e histórico, notamos que as mulheres não estão a ser valorizadas, ou seja, não estão sendo tratada ou representada desde início. Há que se ver que existe uma baixa participação das mesmas no ramo político. Conforme Sequeira *apoud* INE (2010) demonstra que as mulheres santomenses estão sub-representação em profissões ligadas à tomada de decisões, nomeadamente “Legislativo/Diretores” com

apenas 24,4% e constituem 31,4% dos “Técnicos Intermédios”. No entanto, apesar de 44% de mulheres estarem a exercer uma profissão “Intelectual e Científica”, em termos proporcionais, existe uma ligeira superioridade feminina (6,7%) em relação à masculina (5,2%), ainda se pode constatar que as mulheres são majoritárias na categoria de “Serviços e vendedores” com uma taxa de feminização de 58,9%, profissão que, em STP não requer grandes qualificações e também na categoria dos “Trabalhadores não qualificados” com uma taxa de feminização de 71%. É de ressaltar que uma grande percentagem de mulheres trabalha nos sectores informais, com baixos rendimentos, desprovidos de proteção social e com maior precariedade laboral.

A sociedade santomense é marcada por uma construção muito machista e hierárquica em relação ao homem e a mulher que ficaram incutidas no imaginário social, de que o lugar da mulher é em casa e do homem nos lugares públicos, num país que mesmo sabendo que população é de 197700 habitantes, em que maior numero da população é feminina, há que se ver a questão da igualdade e equidade de género torna-se um imperativo fundamental.

Este projeto de pesquisa pretende investigar a participação das mulheres nas instâncias políticas santomenses no período democrático, após o fim do regime de partido único que se seguiu à independência até aos nossos dias de hoje, entre 1991 e 2018. Proponho como objeto principal olhar para as mulheres que atuaram e atuam no campo da política, e que assumiram os espaços de tomada de decisão nacional, para analisar o aumento do número de mulheres na política santomense, e, ao mesmo tempo, tentar compreender os motivos que ainda dificultam uma maior participação, sabendo que há mecanismos para estimulá-las.

2. PERGUNTA DE PESQUISA

Quais são fatores da fraca participação das mulheres na vida política em São Tomé e Príncipe?

3. JUSTIFICATIVA

Além da inquietação pessoal que é de, compreender os fatores da fraca participação das mulheres na vida política em STP, optei por escolher esse tema, porque é de extrema importância trazer este assunto a cabo, tendo em conta que durante o processo da independência de STP sempre constou a presença das mulheres ao lado dos homens, algumas delas foram até presa, essas mulheres não tiveram muito destaque na história devido dominação pela superioridade, poder masculino, pela vontade sacrossanta dos homens (forros, angolares e minu iê) como sucinta Santo (2014).

Com a minha inserção na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), pude obter e construir umas novas percepções de ver o mundo através de outros olhares (desconstrução). Comecei a fazer umas reflexões densas sobre os aspectos sócio-políticos, culturais e econômicos que por sua vez eram e são muito visíveis na nossa sociedade. Com a nova construção que me foi proporcionada pela mesma universidade, me fez questionar a condição de mulher que ocupa uma posição social, que sempre foi menosprezada devido à construção do patriarcalismo. É sabido que nessa dominação as mulheres na sua maioria deveriam cuidar da casa, independentemente de trabalharem em empresas agrícolas. Sequeira (2010).

Com esse trabalho pretende-se contribuir para a produção acadêmica sobre o país, e acredito que poderei dar uma contribuição que servirá para outros campos de saberes para geração vindouras, que precisarão das referências para outras pesquisas e responder a problemática que aqui serão trabalhadas.

Desta feita surge a curiosidade e não só, como esta sendo uma forma de chamar atenção das entidades maior para terem em conta a dignidade e o papel das mulheres, tentando elevar o respeito e a consciencialização do devido valor e a importância que as mulheres têm hoje em ocupar quase todas as economias do mundo, apesar de estarem ainda muito submissas em algumas partes do mundo para opinar, contestar, manifestar e lutar contra as limitações que lhes são impostas. E surge a inquietação de saber como está a participação das mulheres santomenses neste contexto. Na tentativa de responder a essa problemática, espero deparar com um maior avanço da participação e a inserção das mulheres na vida socioeconômica e política santomense, no que tange na importância da evolução da construção e o desenvolvimento desta mesma sociedade, no contexto da igualdade de gênero visto que mulheres ao ocupar cargos político não seria só importante para a produção feminina, mas sim seria também um a forma de influenciar as mudanças sociais da mesma sociedade em se.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Analisar as condições e desafios da participação de mulheres na vida política nacional santomense a partir da instituição do multipartidarismo em 1991, considerando o contexto político do pós-independência e um conjunto de aspectos socioculturais vigentes relativos aos papéis de gênero em STP.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Contextualizar o processo histórico das mulheres santomense no período pós-independência, e especialmente a partir da transição para o multipartidarismo (1991-2018);
- ❖ Comparar a presença de figuras femininas em cargos políticos de decisão nacional entre o período do partido único (1975-1990) e o período do multipartidarismo (1991-2018);
- ❖ Analisar as influências de um conjunto de aspectos socioculturais na evolução recente ocorrida na participação feminina na vida política nacional para com esta elevação.

5. QUADRO TEÓRICO

Para a realização do nosso trabalho, almejamos assim fundamentar o mesmo com seguintes conceitos que são de extrema importância a serem norteadas como: gênero, Patriarcalismo, Igualdade e equidade de gênero, Mulheres em tomadas de decisões e participação na vida política.

5.1. GÊNERO

Sendo que até os meados do século XX, a mulher tinha um papel diferenciado, não participava da vida política, as mulheres se mantiveram por vários anos numa vida “privada“, desenvolvendo um papel de serem esposa e mãe, fazendo um raciocínio patriarcal, na qual a família é chefiada pela figura masculina, e, por conseguinte o poder da política era reservado somente aos homens.

E foi a partir dos finais da década de 1960 que os estudos das relações sociais entre homens e mulheres começaram a ganhar consistência nos países da língua inglesa onde foi categorizada a palavra gênero (*gender*), para depois a partir daí se expandirem pelo mundo afora. O gênero surge como categoria de análise para questionar a subalternidade e subalternização das mulheres, implicando várias dimensões de poder e simbologias relacionadas à linguagem dos corpos, à representação do masculino e do feminino, elemento constitutivo de identidades e dominação masculina inscrito na palavra, nas coisas, nos objetos e nos espaços, nas estruturas mentais e na percepção que temos dos outros e na forma de usar o nosso próprio corpo. (CASIMIRO; ANDRADE, 2005)

Já para Patrícia Mac Fadden (2016), o gênero como ferramenta de pensamento crítico serviu para explicar as formas de experiências das mulheres em relação à exclusão patriarcal,

a impunidade, a supremacia e a desumanização através de um exercício teórico e prático. Ela ainda ressalta que o encarceramento patriarcal das mulheres através de papéis e deveres normalizados foi iluminado pela invenção de gênero e da sua categórica insistência em afirmar que não se trata de sexo, e sim dos locais e práticas de exploração e exclusão do poder.

Conforme Joan Scott (1989) gênero é uma construção social, do que seria o que diferencia uma mulher e um homem, isso gera uma grande discussão, e isso deve ter maior atenção, quanto a esse assunto, isto porque é algo que foi construído pela nossa sociedade. Tomando em conta isso, o gênero é muitas das vezes utilizado para dar mais alicerce aos homens, ou seja, dar mais valor ou hierarquizar e impor superioridade entre os homens e as mulheres, e isto recai em várias vertentes como, por exemplo, no poder e no setor político, na qual é o assunto a ser tratado neste trabalho. Joan Scott dizia que, é preciso incluir a preocupação com gênero nas análises históricas isto porque recente mais simples “gênero” é usado como sinônimo de “mulheres”,

Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980. (Joan Scott, 1989)

Para Ali Mazrui e Christophe Wondji (2010, pag. 1102) com relação aos papéis dos homens e mulheres no continente africano antes do regime colonial, os homens e as mulheres continham as suas atribuições. Crer-se que Deus fez a mulher guardiã do fogo, da água, e da terra, É bem clara a função que cada um exerce ainda muito cedo as mulheres ficaram responsáveis pelo trabalho domésticos e isso era muito intensivo e, por conseguinte foi uns dos fatores que dificultavam a participação nas outras funções.

Os autores ainda nos ressaltam que, em África as mulheres destacaram-se muito na esfera agrícolas nos anos 1930; muitos homens de família tiveram que sair de casa ir à busca de trabalhos remunerados, e, por conseguinte esta causa foi uma das influencias da divisão sexual do trabalho. As mulheres africanas tiveram um papel muito importante na agricultura com a partida do marido, pois elas assumiram as demandas e ficaram responsáveis da terra. Toda via com decorrer do tempo esse cargo tradicional, sentiu-se ameaçado com o surgimento de novas tecnologias, pois o trabalho manual que lhes garantiam este espaço de produção agrícola, por conseguinte, elas perderam uma boa parte do poder que elas os tinham.

Outro ponto muito importante sobre as mulheres africanas tradicionais foi ameaça educacional, as mulheres africanas ocidentalizadas eram mais autônomas e atuavam mais do que as mulheres africanas tradicionais e isso fez com que existisse uma hierarquização entre as ambas, mas a datilografia foi considerada menos relevante que a função das mulheres africanas tradicionais, uma vez que elas eram uma fonte de produção econômica na agricultura que sustentava a coletividade. De seguida a outra ameaça, foi em termo do comércio externo, que foi o papel tradicional das mulheres no continente africano. Quando o comércio era local, foram as mulheres quem estava nos centros das decisões, desempenhando a função de comerciantes, entretanto quando houve a expansão das atividades econômicas pelos períodos colonial e pós-colonial, excluíram as mulheres das posições centrais da economia internacional. Nesse âmbito podemos constatar que as mulheres foram discriminadas e barradas a uma posição onde elas sempre estavam e foi concebido aos homens. (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Os mesmo autores alegam que a desigualdade entre os sexos na vida pública, não está acentuada na economia, eis que as mulheres sempre participaram ativamente nesta arena. Portanto elas foram subordinadas pelos homens na arena política, e o autor crer que isso poderá modificar quando houver uma elevação das mulheres na vida militar.

A conjuntura africana foi composta com uma peculiaridade, de crenças, costumes, hábitos éticos e valores morais, ao abordar das mulheres nos remete a uma demanda da violência de baseada no gênero, a submissão e a exclusão social, dentre outros fatores. O ajuste estrutural contribui para ressaltar a feminização da pobreza consequentemente no insucesso escolar, na inserção das mulheres na vida econômica e política e no desemprego, como é o caso de São Tomé e Príncipe. Ao lado disso a contribuição da participação das mulheres é muitas das vezes subestimada no que tange ao processo de desenvolvimento de um país. (Osorio, 2004, apud Sequeira).

5.2. PATRIARCALISMO

O patriarcalismo nos dá uma noção ideológica a uma hierarquização de relação social entre os homens e as mulheres. O termo foi utilizado pela primeira vez com uma finalidade de qualificar um líder de uma determinada sociedade, pois as mulheres eram vista como objeto de satisfação masculina e subjugação como inferiores conseqüentemente.

Joan Scott (1989) nos ilustra que teoricamente o patriarcado concentrou sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na “necessidade” do macho dominar as mulheres, que no caso seria o meio de reprodução e, por conseguinte a mesma seria a fonte da libertação das mulheres, e para Sulamith Firestone *apud* Joan Scott a reprodução era também aquela “amarga armadilha” para as mulheres. O patriarcado e capitalismo dois dominadores dito separados, mas estão interligados, porém e a Scott nos ressalta que durante a argumentação de Heidi, a econômica se torna prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando como uma função das relações de produção. Os debates iniciais das feministas marxistas giravam em torno deste assunto, a divisão sexual do trabalho pelo capitalismo, alegando que a reprodução permanece numa categoria oposta e não tem um estatuto equivalente ao de modo de produção, o sistema econômico não pontua de uma forma direta a relação de gênero e esta subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas e naturais.

A sociedade Africana esta muito acentuada sobre o sistema patriarcal, e STP não foge à regra (INE, 2012). Algo que no qual foi construído desde nossos antepassados e perpetua até aos nossos dias de hoje. Atualmente nós só reproduzimos e vivenciamos o reflexo do que outrora os nossos ancestrais produziram e perdura até hoje.

O patriarcalismo é uma divisão e hierarquização entre os homens e as mulheres, que, por conseguinte legitimou uma superioridade entre os sexos, e isso fez com que as mulheres fossem excluídas da história e no seio social das mulheres, que logo foram submetidas a uma conjuntura restrita que no caso foram lhes negado o sector publico e politico e lhe ofertado a posição domestica, toda via isso fez com que o homem fosse visto como algo positivo e a mulher como algo negativo.

E isso é tão denso que até as mulheres conseguem reproduzirem argumento dominador desse sistema patriarcalista, concordando que o lugar das mulheres é no seio domestico, renegando a ocupar e se expondo ao setor publico, em suma elas preferem ocupar a seio domestico, cuidando dos seus filhos, da casa, ser controladas, guiadas, vigiadas e sobre tudo

dominadas pelos homens, de tanto naturalizar este fator afirmando que os lugares das mulheres não são no espaço público.

E, por conseguinte foi nesse parâmetro que segue o movimento feminista no ocidente, ainda é de ressaltar que antes do movimento feministas, já existia o movimento sufragista. Foi o primeiro movimento social, político e econômico organizado, que discutia os direitos das mulheres e disputa política das mulheres, elas reivindicavam o direito ao voto, mas esse movimento tinha a sua vertente mais para um país de Europa, mas era uma preocupação social e política que na qual teve maior relevo os movimentos que se mobilizaram pelo direito ao sufrágio das mulheres, que ganharam um repertório muito forte no final do século XIX e o início do século XX.

O feminismo é um movimento político e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher no trabalho, na vida pública, na educação, mas que luta sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO CÉLI, p.16).

De acordo com Castells *apud Barreto*, nos estados unidos chegou a um determinado momento ideológico feminista, que elas dividiram-se entre adeptas liberais e radicais. O feminismo liberal almejava a igualdade de direito, e quanto a isso varias conquistas foram concretizadas enquanto que as feministas radicais concentraram seus esforços no projeto trabalho de conscientização, os grupos eram formados apenas por mulheres cujo tema central era "a proteção da mulher contra a violência masculina (campanha anti-estupro, treinamento em auto defesa, abrigo para mulheres espancadas e acompanhamento psicológico)"

Conforme Silva (2013) revela que as feministas radicais, de acordo como elas eram identificadas, as mesmas conceituam o patriarcado como um sistema sexual de poder, com a coordenação hierárquica masculina da sociedade que se permeia através do matrimônio, da família a da divisão sexual do trabalho. Já de acordo com Grossman e Nunes (2014), este movimento veio apressar o declínio das formas tradicionais do patriarcado, cooperando para a desconstrução e melhor compreensão do mesmo, dando visibilidade para as trajetórias das mulheres, lutas e conquistas. Barreto (2004) excita que, a colisão dos movimentos sociais, em particular do feminismo, nas relações entre os sexos, oportunizou indagação da heterossexualidade como cláusula, que originou a crise na família patriarcal. Por conseguinte a configuração social deu inicio a desmantelamento dos modelos tradicionalista com modificação notável.

Ainda conforme (Castells *apud* Barreto) as mulheres almejavam grandes conquistas, englobando o direito a ordenado igual por trabalho igual, os direitos de reprodução, abarcando direito de acesso a todos os cargos e instituições. Como afirma José Aldyr Gonçalves (2009) o resultado globalizante do abarcamento da mulher em termo economia no mundo foi muito denso, pautando, que na indústria eletrônica internacionalizada de fins dos anos de 1960, já se empregava, na Ásia, mulheres jovens e sem qualificação profissional, por exemplo, enquanto as noticiosas economias industrializadas adentravam no mercado de trabalho mulheres que recebiam salários baixos em quase todos os níveis da estrutura de cargos.

A presença da mulher no mercado de trabalho remunerado provocou profundas transformações, sobretudo nos últimos vinte e cinco anos do século passado, quando em 1990, mais de 850 milhões delas, num total de 41% do universo de 15 anos ou mais, figuravam como economicamente ativas no mundo, respondendo por 32,1% da força de trabalho em termos globais. (GONÇALVES, 2009).

Enfim a inquietação e a vontade das mulheres de estar presente para ocupar os setores públicos, bem como social e político falaram mais alto com relação ao só conformar com o trabalho caseiro ou doméstico. Mas sempre pautando e ressaltando que a quantidade ainda é muito franca, embora as participações das mulheres já estejam caminhando para um caminho satisfatório, pois o sistema patriarcado permeia e muito ainda. Pois muitos e muitas concordam que a ocupação pública são e pertence aos homens. Como já tinha pautado em cima e volto a ressaltar que as mulheres ficam muito incutidas para desfrutar, ou melhor, ocupar esse espaço de poder, por causa da sociedade sexista e machista com esse medo de serem julgadas pelo mesmo. Isto porque este assunto, esta muito enraizada no imaginário sócio cultural, que a política em se, é ocupação ou algo para o homem. E devido esta demanda o feminismo surge com objetivo de desconstruir esta visão machista, para reivindicação dos direitos e para o reconhecimento das mulheres demonstrando que o lugar das mulheres é aonde elas quiserem procurando sempre a igualdade para melhor desmantelamento do patriarcalismo.

5.3. IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO

A conceituação de igualdade de género é de reconhecer as diferenças entre mulheres e homens e de afirmar que as responsabilidades e oportunidades de cada um/a não dependem de se ter sido gerado uma mulher ou um homem. Igualdade de género não significa precisamente que as mulheres e homens se tornem igual. A igualdade de género não é tida como uma questão só de mulheres, mas sim como uma questão da sociedade, ou seja, de direitos

humanos que diz respeito a toda a sociedade e cuja concretização implica tanto os homens como as mulheres permitindo alcançar a igualdade entre mulheres e homens. (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2016).

Equidade de género arraigar-se numa perspectiva de justiça social e afirma que mulheres e homens devem ser tratados de igual forma de acordo com as respectivas necessidades com vista a se alcançar uma igualdade de resultados. Possibilitar o acesso igual de mulheres e homens a determinados recursos e oportunidades pode significar, ou não, um tratamento idêntico para ambos, pois importa reconhecer que o ponto de partida nem sempre é igual, o que poderá implicar um tratamento diferente para se puderem alcançar resultados iguais (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2016).

A igualdade e equidade de género têm a sua dimensão muito vasta ou abrangência, esta demanda tem sido vinculado e relacionado a todas as áreas de ação do executivo, do Sector Privado e da Sociedade Civil santomense, assegurando a articulação necessária entre o desenvolvimento económico e social, para que não estejam desvinculadas ou se considerarem neutras em relação ao género. É sabido que princípio da igualdade já é consagrado na Constituição Política nacional (art. 15), de 1990, e nas normas jurídicas internacionais sancionadas, e a tal prática necessita de uma especial atenção, o incumprimento deste princípio interfere nas relações de género e coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade o que já é muito negativo.

A participação ativa e positiva das mulheres e os homens no processo de construção nacional do país constitui um indicador de muita importância para perspectiva do desenvolvimento sustentável assente na justiça social, na igualdade e equidade de género e na potencialização do capital humano. A igualdade de género é ainda tida como um indicador de desenvolvimento sustentável, transversal a todas as esferas da sociedade, sendo consensual que uma sociedade não pode ser democrática e desenvolvida sem a participação plena de todas e todos. (Mulheres e Homens de STP, Fatos e números, 2016).

Sabemos que a desigualdade entre mulheres e homens são negativas para o desenvolvimento do país, ainda, mas, sabendo que a sociedade santomense não é diferente de uma outra realidade que contem uma , onde pouco mais de 50% da população é de sexo feminino, e a questão da igualdade e equidade de género neste caso torna-se um imperativo fundamenta a ser norteado . E o país tendo a consciência e tomando em conta da tal demanda, tenta busca umas formas a poder corrigi-las, tem procurado afinar o conhecimento sobre essas

disparidades. Em 2007, com o apoio técnico e financeiro do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA, na sigla em inglês), São Tomé e Príncipe adoptou a primeira Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (ENIEG), que foi atualizada em 2013 e esteve em vigor até 2017.

A ENIEG está estruturada em torno de cinco orientações estratégicas: i) Promoção económica das mulheres nos meios rural e urbano; ii) Promoção da igualdade e equidade ao nível da educação e formação; iii) Melhoria do estado de saúde e de saúde sexual reprodutiva de jovens adolescentes e das mulheres; iv) Reforço da aplicação dos direitos e da participação das mulheres na tomada de decisão; e v) Reforço das capacidades de intervenção dos mecanismos institucionais a favor da igualdade e equidade de género. Foi criado um mecanismo no ano 2007, no qual é o “Instituto Nacional para a Promoção de Igualdade e Equidade de Género” (INPG) para apoiar a operacionalização da ENIEG. Tem como prioridade “assegurar a promoção e a execução de políticas governamentais em matéria de género em São Tomé e Príncipe e garantir a integração transversal de género em todas as políticas e programas do desenvolvimento do país.” (informante anónimo *apud* ENIEG, 2007-2012, p.14).

5.4. MULHERES EM TOMADAS DE DECISÕES E PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLITICA.

Como defendem Grosselli e Mezzaroba (2011), para se alcançar a possível paridade política entre os sexos e vir a ter uma plena representatividade nos centros das tomadas de decisões, é preciso participar na vida política. Visto que todos nós somos um ser político e, por conseguinte seria indispensável à participação na vida política, até porque é um dever e um direito de um cidadão. E esta é umas das formas de cada cidadão contribuir para o desenvolvimento e sobre tudo a construção da sociedade, porque para haver democracia é preciso ter uma participação ativa de cada um dos cidadãos que constitui determinada sociedade, para que haja uma paridade entre gênero.

Participar é uma forma de exercer direitos políticos e sociais garantidos pela Constituição. Especificamente, a participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionadas a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objetivo influenciar as decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania (GROSSELI; MEZZAROBA, 2011, p. 4).

Para Sequeira (2010), São Tomé e Príncipe está numa transição de período de crise, em os atuais ou novos valores não se afirmam consoantes a sua existência e os valores antigos estão desaparecendo, ainda ressalta que o país vive um momento de desorientação e perturbação.

A ONU Mulheres promove a democracia paritária, um regime democrático justo e inclusivo que permite às mulheres liderar e participar de forma substantiva e igualitária da tomada de decisão, junto com os homens, para contribuir com a agenda pública com perspectiva de gênero.²

O ativismo das mulheres em movimento que culminou com a emancipação do país, encontrava em correspondência com situação na qual elas, em sua maioria estavam circunscritas ao ambiente doméstico apesar de trabalharem em empresas agrícolas. Neste cenário começou a se verificar alterações significativas das mulheres em STP, sobretudo em termo de legislação. Durante a 1ª República, sob o governo do partido MLSTP, no âmbito das políticas para as mulheres, na qual corresponde ao ano de 1975 á 1990. A Organização da mulher de São Tomé e Príncipe (OMSTP) tomou a responsabilidade de sensibilizar e mobilizar as mulheres a fim de estimulá-la a participar no processo da construção do país. Por conseguinte no ano 1992 o governo criou assim o decreto n. 43/92 o gabinete de promoção da mulher e da família como o quadro institucional da mulher, com objetivo de analisar as condições femininas visando promover a igualdade de direito e de oportunidade, bem como a intervenção em todos os ramos com incidência na situação das mulheres e da família.

Não podemos negar que as mulheres têm vindo a ganhar, ou melhor, a conquistar cada vez mais espaço na vida política, embora sofrendo muita ação discriminatória. Muitas mulheres desempenham mesma função que os homens embora não recebem as mesmas remunerações que eles. Muitas das vezes enfrentam duplas jornadas, acumulando funções profissionais e domésticas e muitas dessas mulheres ainda estão sujeitas sofrer violência doméstica. É de pautar aqui a existência de estereótipos que contribuem muito para superioridade masculina, a educação, a socialização sexista, qualificação técnica, a subestimação da capacidade das mulheres para as mulheres, a baixa escolaridade e sobre tudo algo que já esta empregado no imaginário social, ao falar de toma de decisão, sempre o primeiro estímulo é pensar em um líder? Temos que começar a rever ou modificar os nossos pensamentos. Por que não pensar em uma líder?

² Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao/>

Enfim, conforme Sequeira (2010) constatou-se uma elevação da participação das mulheres na tomada de decisão e na partilha de poderes, reconheceu uma melhoria, sobretudo ao nível do poder executivo, tendo dado passos significativos na participação da mulher na chefia de órgãos de soberania, embora sejam bem razoáveis os números das mulheres que já conquistaram altos cargos do poder como em destaque como Presidente da Assembleia Nacional, Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Primeiras-ministras, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Governadora do Banco Central, Ministra da Defesa, Ministra das Finanças, Ministra da Justiça, Embaixadora, Presidente de Partido Político, Presidente da Câmara, candidatas às eleições presidenciais, dentre outras funções. Apesar constatar um aumento das mesmas nessas instâncias, o quadro ainda precisa ser alterado, por isso a organização tem como o principal objetivo encorajar as mulheres para a política e, sobretudo para os centros das tomadas de decisões.

6. METODOLOGIA

Para o melhor desenvolvimento deste trabalho, desfrutaremos da pesquisa qualitativa e, sobretudo a revisão bibliográfica, onde faremos a coleta de fontes referenciais e levantamento de dados. A pesquisa e recolha de informações estarão assentes nos dados recolhidos nos sites, livros, relatórios, revistas e ainda em diversos artigos publicados que versem sobre a temática em questão. Ressaltando que, no caso específico de STP, a temática em questão tem poucos trabalhos publicados, o que já nos põe uma primeira barreira.

Para, além disso, almejamos aplicar entrevista através de um questionário, que nos ajudará a traçar uns panoramas mais sucintos sobre o balanço da participação das mulheres santomenses na vida política. Tal entrevista será elaborada, de acordo com as inquietações presentes neste projeto, atendendo principalmente as temáticas que se mostraram difíceis de pesquisar pela via bibliográfica. Nesse âmbito, elaboraremos questões sobre: O motivo da fraca participação na vida política das mulheres santomenses, se ouvi aumento entre esses períodos distintos, os fatores que as impossibilitam da tal participação, como se dá à inserção das mesmas na política, o que as motivam a entrar na política. As entrevistas serão dados primários que nos ajudarão ou darão uma contribuição na parte empírica, na construção da monografia futuramente.

Logo após a formulação das questões, enviaremos a São Tomé e Príncipe, através do E-mail ou Skype para a colaboradora que se disponibilizou a aplicar a entrevista, com as mulheres são-tomenses que atuam no campo da política, e que assumiram os espaços de

tomada de decisão nacional santomenses, num universo de 10 pessoas. A entrevistada, após aceitar o termo de consentimento, irá responder um questionário contendo 10 questões abertas, e ao finalizar, nos retornará as respostas. A entrevista também será realizada através do trabalho de campo em que possamos aplicar as questões da entrevista elaborada. E assim segundo passo, será o levantamento das informações necessárias, onde analisaremos cuidadosamente os dados, para extrair os resultados referentes a períodos distintos, no que tange ao fenômeno abordado neste projeto que no caso, é o período de 1991 a 2018, para podermos alcançar o objeto do presente trabalho, no qual pretendemos investigar a participação das mulheres nas instâncias políticas santomenses, a partir da análise para compreensão da evolução da participação das mulheres em São Tomé e Príncipe no ramo político, uma realidade que se tornou mais significativa nos últimos. Depois da coleta de dados e seleção dos mesmos, faremos uma análise crítica, reflexiva e analítica de forma a obtermos o material específico para a produção do trabalho final.

7. CRONOGRAMA

ANOS/ETAPAS	2018	2019		2020		2021
	1º Sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.	5º Sem.	6º Sem.
Revisão do projeto	x	x				
Levantamento bibliográfico e fichamentos			x	x		
Apresentação do projeto revisado				x		
Organização da estrutura para a monografia			x	x		
Preparo do roteiro e coleta de dados				x		
Análise dos dados coletados					x	X
Elaboração e Redação do trabalho					x	x
Revisão e redação final						x
Entrega da monografia						x
Defesa da monografia						x

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 1, p. 64-73, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis>>
- CASIMIRO, Isabel Maria; ANDRADE, Ximena. Investigação sobre Mulher e Gênero no Centro de Estudos Africanos. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 21, p. 7-27, 2005.
- FURTADO, Vlademiro S. Cultura Política e Consolidação Democrática em Cabo Verde: Um Balanço de 24 Anos da Instauração da Democracia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: ESTADO E DEMOCRACIA EM MUDANÇA NO SÉCULO XXI, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em:< <https://www.ufrgs.br/sicp/wpcontent/uploads/2015/09/FURTADO-Wlademiro.pdf>
- GONÇALVES, José A. O fim do patriarcado. **Webartigo**. Disponível em:< <http://www.webartigos.com/artigos/o-fim-do-patriarcalismo/27353/>>.
- GROSSMANN Lurdes A.; NUNES Josiane B. A. A Importância da Participação Política das Mulheres para a Construção de uma nova Cidadania. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLITICAS PUBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA, 10, 2014. Santa Cruz. **Anais Eletrônicos...** Santa Cruz: UNISC, 2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11847/1675>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Mulher em São Tomé e Príncipe, RGPH.2012.**
- MAZRUI, Ali A.; WONDJI Christophe. A evolução relativa aos papéis dos homens e das mulheres. In: **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010 (História Geral da África, VIII).
- MCFADDEN, Patrícia. Tornamo-nos Feministas Africanas Contemporâneas: Histórias femininas, legados e os novos imperativos. **Série diálogo feminista**, Maputo, n° 1, nov. 2016.
- OLIVEIRA, Ana Filipa; AZEVEDO, Liliana, Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe Conhecer para Capacitar e Sensibilizar. In: **A igualdade de género nos media em São Tomé e Príncipe**. ACEP, 2016.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>.
- SANTOS, Carlos Espírito. **Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe**. Lisboa, julho de 2014.
- SEQUEIRA, Vitoria Cecilia Almeida. **A situação das mulheres na sociedade santomenses: discriminações de género e a participação feminina na esfera produtiva**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2010.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Mimeo. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila de Gender: a useful category of historical

analyses. In: **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press. 1989.

SILVA, Antônia E. O; MACHADO, C. J. S. Repensando os entraves à participação política feminina com Pierre Bourdieu: In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10. 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372204757_ARQUIVO_TrabalhocompletoFazendogenero10.pdf>.

VERA CRUZ, Gualter. **A Democracia em S. Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as Sucessivas Quedas dos Governos**. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/9936/1/disserta%C3%A7aoprontaA%20%282%29.pdf>>.